

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**REQUERIMENTO N° , DE 2002**

Solicita seja convocado o Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato Souza, a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncias de cobrança de propina na venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, do Regimento Interno, que ouvido o plenário, se digne adotar providências para que seja convocado o Ministro de Estado da Educação, Sr. Paulo Renato Souza, para comparecer a esta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa de cobrança de propina na venda da Companhia Vale do Rio Doce.

**JUSTIFICAÇÃO**

As declarações contidas em longa reportagem estampada na última edição da revista “Veja” despertaram, uma vez mais, a revolta de nossa cidadania. E uma revolta que resulta não do fato de ali estarem envolvidos candidatos ou pré-candidatos, autoridades de maior ou menor porte. Nada disso. A revolta, agora, reflete um sentimento de há muito esposado pelos brasileiros, o de que a impunidade é, sem sombra de dúvida, a causa maior para que a corrupção, no país, se espalhe e vá ocupando, a cada dia, espaços sempre maiores e mais ousados.



Temos longa embora recente experiência sobre a matéria. Vimos e ouvimos as denúncias quanto à compra e venda de votos para garantir a reeleição do Sr. Presidente da República. O Palácio do Planalto assistiu calado ao ato de cassação de mandato de alguns parlamentares ali envolvidos. Mas se movimentou, sempre nos bastidores, para impedir que o processo de apuração fosse até o fim. Resultado: a dúvida que pairou sobre a ação das autoridades federais e outras se foi engrossando, tomando corpo, mas acabou como que recolhida ao campo de ressentimentos e frustrações que nos são comuns.

Denúncias quanto a verdadeiros assaltos aos cofres da SUDAM, envolvendo o ex-Senador Jáder Barbalho et caterva também ficaram sem uma resposta efetiva, senão aquele vago anúncio de que tudo estaria sendo apurado, o que, estamos vendo, não é a inteira verdade. Novos ressentimentos, e, pior que isso, aquela sensação de impotência que se apossa de nossa cidadania ao se sentir sem forças para exigir a correção de rumos assim tão desencaminhados.

Agora a denúncia envolve um funcionário subalterno, o que, no entanto não faz menor a gravidade de seu perjúrio, se houve. Com um agravante: a confirmação pelo Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato, de que ouviu a declaração formulada pelo empresário que teria sido achacado, relato que foi levado também, ao então Ministro das Comunicações, Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros, o que está devidamente confirmado na reportagem aqui mencionada.

Houve fraude? Não a houve? Há corruptos ativos e passivos ou não existem? Enfim, de que maneira encaminhar todo o processo senão ouvindo os mais diretamente implicados, o que, no caso do Ministro, vale observar não o é na fraude, ela mesma, mas no manter-se em silêncio por longos anos, esquecido de sua responsabilidade de cidadão, sobrelevada pela de Ministro, no sentido de formular denúncia concreta a fim de que, apurados os fatos, se conseguisse mostrar, uma vez mais, que a impunidade tem que ser riscada de nosso meio,



**LIDERANÇA DO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS**

para que a cidadania respire aliviada e sinta que, afinal, se adotam providências concretas no sentido de por um cobro a essa carroça de fraudes e frustrações que se arrasta dolorosa e lentamente por nossa história mais recente.

Por esta razão, estou, nesta data, apresentando este requerimento de convocação ao Ministro da Educação para que compareça a esta Câmara e, de viva voz, nos dê a versão juramentada sobre o que de fato ocorreu. E para o que venho pedir o apoio de meus ilustre pares.

Sala da Comissão, de 2002.

**Deputado Agnaldo Muniz  
PPS / RO**

